



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARECER JURÍDICO

Referência: Projeto de Lei nº. 052/2020

Autoria: Poder Legislativo Municipal

Ementa: Dá denominação Oficial ao Prédio Público localizada no bairro Bela Vista.

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa, para emissão de parecer do Projeto de Lei nº 052, de 03 de agosto de 2020, de autoria dos Vereadores Evandro Lott Moreira e Lucimar Ferreira Pinto, que tem como objetivo a denominação Oficial ao Prédio Público localizado na MG 120 nº 1.337 Bairro Bela Vista, que tem como objetivo denominar Oficial Prédio Público inominado.

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Da Competência, Iniciativa e Espécie Normativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e no artigo 17, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

A matéria é de iniciativa concorrente, conforme dispõe o art. 70, da LOM. A espécie normativa foi adequadamente aplicada através de Lei Ordinária, pois vai de encontro com o que dispõe o art. 70, parágrafo 2º, da LOM.

Portanto, quanto à competência, iniciativa e espécie normativa, a Procuradoria Jurídica **OPINA**, salvo melhor juízo, favorável a tramitação do projeto em comento.

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS



2.2. Da Proposta

Este projeto de lei, tem como escopo denominar Oficial ao Prédio Público localizado na MG 120 nº 1.337 Bairro Bela Vista, localizado, nesta cidade, que passará a ser denominado oficialmente como: **Creche Maria do Socorro Pires Martins**.

Conforme consta da Certidão de Óbito juntada ao projeto em análise, temos que a homenageada faleceu em 29 de janeiro de 2019, respeitando portanto o disposto no art. 262 da lei Orgânica Municipal.

2.3. Do Quorum

Para aprovação do Projeto de Lei nº. 052/2020 será necessário o voto favorável da maioria simples dos vereadores presentes na sessão plenária, conforme dispõe o artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e artigo 196, §2º, do Regimento Interno, em turno único de discussão e votação.

2.4. Das Comissões Permanentes

Verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, depois de observadas as recomendações previstas neste parecer, a Procuradoria Jurídica **OPINA**, salvo melhor juízo, pela viabilidade técnica do Projeto de Lei nº. 052/2020.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.



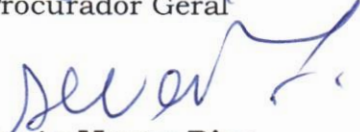
CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS



Guanhões/MG, 12 de agosto de 2020


Henrique Guilherme P. Bretas de Campos
Procurador Geral


Alberto Magno Dias
Procurador Geral Adjunto